



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## PROJECTO DE LEI N.º 243/VIII

### LEI DE BASES DA POLÍTICA DE FAMÍLIA

#### Exposição de motivos

A política de família tem vindo progressivamente a tomar relevo no plano de preocupações sociais do Estado, devendo a família constituir uma das áreas autónomas e prioritárias da sua actuação.

A Constituição da República Portuguesa, no artigo 67.º, reconhece a família como elemento fundamental da sociedade e atribui ao Estado a incumbência de «definir, ouvidas as associações representativas das famílias, e executar uma política de família com carácter global, coerente e integrado».

Pretende-se, com a presente iniciativa, criar um instrumento eficaz para a concretização daquela disposição legal, isto é, um diploma que contenha os princípios fundamentais orientadores de uma política de promoção, apoio e dignificação da família.

Nesta perspectiva, parece oportuna a elaboração de uma «lei de bases da política de família», com o objectivo de formular o quadro jurídico que permitirá a globalidade e integração das medidas de política familiar.

Não se pretende com este instrumento que o Estado se substitua às famílias, regulamentando, exhaustiva e pormenorizadamente, tudo quanto lhes diga respeito, mas sim, estabelecer as linhas de orientação da política global de família, de modo a permitir uma acção coerente quer do legislador quer da Administração Pública.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A sistematização legislativa do diploma evidencia a importância social, económica e cultural da família como espaço natural de realização pessoal, humana e de cidadania do indivíduo, o carácter global e integrado da política de família e a sua natureza essencialmente participativa.

Assim, o Capítulo I enuncia os princípios decorrentes da essência da instituição familiar que marcam limites à intervenção do Estado; o Capítulo II enumera os objectivos da política de família; o Capítulo III estabelece que a promoção da política de família incumbe ao Estado, salientando-se a importância do fortalecimento do associativismo familiar para o processo de desenvolvimento dessa política; o Capítulo IV refere os aspectos de várias políticas sectoriais com incidência familiar que deverão proporcionar condições favoráveis à promoção social, económica e cultural da família, e, finalmente, o Capítulo V propõe o desenvolvimento e concretização das disposições da lei.

Em conclusão, com este diploma pretende-se estabelecer as linhas programáticas fundamentais da política de família, visando a promoção e a melhoria da qualidade de vida das famílias portuguesas e a sua participação no desenvolvimento dessa mesma política.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo assinados apresentam o seguinte projecto de lei:



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Capítulo I** **Dos princípios fundamentais**

#### **Base I**

#### **Âmbito**

A presente lei define as bases em que assentam os princípios e os objectivos fundamentais da política de família previstos na Constituição da República Portuguesa, que define a família como elemento fundamental da sociedade.

#### **Base II**

#### **Família e Estado**

Todos têm direito a constituir família e a contrair casamento em condições de plena igualdade, incumbindo ao Estado, em estreita colaboração com as associações representativas dos interesses das famílias, promover a melhoria da qualidade de vida e a realização pessoal e material das famílias e dos seus membros.

#### **Base III**

#### **Liberdade, unidade e estabilidade familiar**

A instituição familiar é de livre formação e assenta na unidade, estabilidade, igual dignidade de todos os membros, no respeito mútuo, na comunhão de afectos, na cooperação e solidariedade para a consecução plena dos seus fins.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Base IV**

#### **Função cultural e social**

É reconhecida a função primordial da família enquanto transmissora de valores e centro gerador de relações de solidariedade entre as gerações.

### **Base V**

#### **Privacidade da vida familiar**

É assegurado o direito à privacidade da vida familiar, no respeito pela iniciativa, organização e autonomia das famílias e das suas associações.

### **Base VI**

#### **Direito à participação**

As famílias têm direito à participação, através das instituições representativas dos seus interesses, na definição, acompanhamento, execução e avaliação da política familiar.

### **Base VII**

#### **Direito à diferença**

Na definição da política de família serão garantidas as características específicas de cada comunidade étnica e religiosa.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Capítulo II Dos objectivos**

#### **Base VIII**

#### **Globalidade e integração da política de família**

Serão criadas e implementadas medidas que garantam a globalidade e a integração das várias políticas sectoriais de interesse para a família.

#### **Base IX**

#### **Família e qualidade de vida**

Incumbe ao Estado proporcionar às famílias e aos seus membros o acesso, nomeadamente, à saúde, à educação, ao trabalho e à habitação em condições adequadas a uma vida familiar condigna.

#### **Base X**

#### **Direito à realização pessoal pela vida em família**

A política de família visa facultar e garantir um desenvolvimento pleno e equilibrado das potencialidades dos seus membros, assegurando a satisfação das suas necessidades cívicas, sociais, económicas e culturais, e a sua realização moral.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Base XI**

#### **Direito à conciliação entre a vida familiar e profissional**

Será promovida a conciliação entre a vida familiar e profissional, nomeadamente através da harmonização do regime laboral com as exigências da vida familiar.

### **Base XII**

#### **Famílias de imigrantes**

Será promovida a integração das famílias de imigrantes, respeitando e valorizando a sua especificidade cultural.

### **Base XIII**

#### **Direito ao reagrupamento familiar**

Serão desenvolvidas medidas que assegurem o direito ao reagrupamento familiar, atendendo em especial às famílias de emigrantes.

### **Base XIV**

#### **Direito à formação**

As acções de formação familiar orientar-se-ão segundo normas e valores que garantam a efectiva criação de um quadro de vida de harmonia e bem-estar entre todos os membros da família.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Base XV**

#### **Protecção à maternidade e paternidade**

A maternidade e a paternidade responsáveis constituem valores humanos e sociais eminentes que o Estado deve respeitar e salvaguardar, criando boas condições aos pais para o cumprimento da sua missão.

### **Base XVI**

#### **Famílias monoparentais**

É garantida a igualdade de direitos às famílias monoparentais.

### **Base XVII**

#### **Protecção da criança**

É assegurada a protecção e o desenvolvimento da criança antes e depois do seu nascimento.

### **Base XVIII**

#### **Garantia do exercício da responsabilidade parental**

É garantido o exercício dos direitos e deveres consagrados na lei aos titulares da responsabilidade parental, com vista ao desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade da criança.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Base XIX**

#### **Protecção dos menores privados do meio familiar**

O Estado, através de serviços competentes, promoverá uma política de protecção e enquadramento dos menores privados de meio familiar, proporcionando-lhes recursos humanos e materiais essenciais a um desenvolvimento psíquico e afectivo equilibrado.

### **Base XX**

#### **Idosos e deficientes na família**

Deverá ser estimulada a permanência, a integração e a participação das pessoas idosas e dos deficientes na vida familiar.

### **Base XXI**

#### **Toxicodependência e alcoolismo**

É reconhecida a função fundamental da família na prevenção e recuperação dos toxicodependentes e dos alcoólicos.





## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Capítulo III**

#### **Da organização e participação**

##### **Base XXII**

##### **Organização**

O Estado disporá de serviços públicos com funções específicas de promoção da política de família e desenvolverá uma política familiar global e integrada, fomentando a participação da sociedade civil e das autarquias.

##### **Base XXIII**

##### **Associativismo familiar**

O Estado apoiará a criação de associações representativas dos interesses das famílias, de âmbito local, regional e nacional, e assegurará a sua participação no processo de concepção, implantação e fiscalização da política de família e sobre as matérias que a ela digam respeito.

### **Capítulo IV**

#### **Da promoção social, económica e cultural da família**

##### **Base XXIV**

##### **Família e educação**

1 — É reconhecido aos pais, como primeiros educadores, o direito inalienável de orientarem a educação integral dos seus filhos.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2 — Cumpre ao Estado assegurar o bom desempenho do sistema de ensino e criar as condições necessárias para que as famílias possam participar no planeamento e execução da política educativa e colaborar na gestão escolar.

3 — Os pais têm o direito de se opor a que os filhos sejam obrigados a receber ensinamentos que não estejam de acordo com as suas convicções éticas e religiosas.

### **Base XXV**

#### **Família e habitação**

Devem ser criadas condições para que cada família possa dispor de uma habitação que, pelas suas dimensões e demais requisitos, corresponda adequadamente às exigências de uma vida familiar normal, digna e preservada na sua intimidade e privacidade.

### **Base XXVI**

#### **Família e saúde**

É assegurado às famílias o acesso a cuidados de saúde de natureza preventiva, curativa e de reabilitação, bem como ao planeamento familiar, incumbindo ao Estado remover os obstáculos de natureza económica que se coloquem às famílias de menores recursos.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Base XXVII**

#### **Família e trabalho**

É reconhecido o valor humano, social e económico do trabalho doméstico realizado pelos membros da família, incumbindo ao Estado adoptar medidas tendentes à harmonização do regime laboral com as responsabilidades familiares e a valorização sócio-económica desse trabalho.

### **Base XXVIII**

#### **Família e segurança social**

1 — Serão progressivamente adoptadas medidas no sentido de garantir a compensação dos encargos familiares com a segurança social, por forma a preservar convenientemente a subsistência e o equilíbrio económico de cada família e de simplificar a atribuição de prestações à mesma família.

2 — A acção social será essencialmente preventiva e realizada em colaboração com os vários membros da família, incentivando-se o apoio domiciliário.

### **Base XXIX**

#### **Família e justiça**

Nos processos judiciais dever-se-à atender ao equilíbrio da família.

Deverão ser criadas condições nos estabelecimentos prisionais no sentido de garantir o equilíbrio e a estabilidade da família.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Base XXX**

#### **Família e fiscalidade**

Será assegurado um regime fiscal adequado à protecção, manutenção e desenvolvimento integral da família, tendo em conta nomeadamente as famílias mais numerosas.

### **Base XXXI**

#### **A família como unidade de consumo**

A família constitui uma unidade de consumo com necessidades específicas, pelo que a sua defesa contra formas de publicidade enganosa e de consumo inconvenientes deverá ser acautelada através de acções de informação.

### **Base XXXII**

#### **Família e comunicação social**

Os meios de comunicação social deverão respeitar os valores fundamentais e os fins essenciais à família, nomeadamente de ordem educativa, ética e social.

### **Base XXXIII**

#### **Voluntariado**

O voluntariado é considerado um meio fundamental de apoio familiar e, como tal, deve ser reconhecido e incentivado, nomeadamente através da colaboração dos organismos públicos.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Palácio de São Bento, 14 de Junho de 2000. — Os Deputados do PSD: *António Capucho — Maria Eduarda Azevedo — Ana Manso — Natália Carrascalão Antunes — Manuela Aguiar — Lucília Ferra — Maria do Céu Ramos — José António Silva — Guilherme Silva.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**PROJECTO DE LEI N.º 243/VIII  
(LEI DE BASES DA POLÍTICA DE FAMÍLIA)**

**Relatório e parecer da Comissão para a Paridade, Igualdade de  
Oportunidades e Família**

**Relatório**

**1 — Nota prévia**

O projecto de lei n.º 243/VIII, da iniciativa de Deputados do Partido Social Democrata (PSD), sobre a «Lei de Bases de Política de Família», foi apresentado ao abrigo do artigo 167.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 130.º do Regimento, reunindo ainda os requisitos formais previstos no artigo 137.º do Regimento.

Por despacho do Sr. Presidente da Assembleia da República, o projecto de lei n.º 243/VIII baixou à Comissão Parlamentar da Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família, para emissão do respectivo relatório e parecer.

**2 — Objecto da iniciativa**

De acordo com a exposição de motivos do aludido projecto, visa-se criar um instrumento eficaz para a concretização de princípios fundamentais orientadores de uma política de promoção, apoio e dignificação da família, sendo oportuna a elaboração desta «Lei de Bases de Política de Família» com o objectivo de formular um quadro jurídico que integre a globalidade das medidas de política familiar.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Acresce ainda, de acordo com a referida exposição, não se pretender que o Estado se substitua às famílias, mas que se estabeleçam as linhas de orientação da política global de família, de modo a permitir uma acção coerente, quer do legislador quer da Administração, mais se entendendo que, com esta iniciativa, se vão estabelecer «linhas programáticas fundamentais da política de família, visando a promoção e a melhoria da qualidade de vida das famílias portuguesas e a sua participação no desenvolvimento dessa mesma política».

### **3 — Corpo normativo**

O projecto de lei n.º 243/VIII apresenta o seu articulado em 33 bases divididas por quatro capítulos. Assim: o Capítulo I enuncia os «princípios fundamentais» decorrentes da instituição familiar; o Capítulo II estabelece «os objectivos» da política familiar; o Capítulo III esclarece a «organização e participação» desta mesma política de família e o Capítulo IV enumera os meios de «promoção social, económica e cultural da família».

### **4 — Enquadramento constitucional**

A Constituição da República Portuguesa reconhece, no seu artigo 67.º, a família como elemento fundamental da sociedade e atribui ao Estado a incumbência de «definir, ouvidas as associações representativas das famílias, e executar uma política de família com carácter global, coerente e integrado» [artigo 67.º, n.º 2, alínea g)].



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### 5 — Antecedentes legislativos

Na VII legislatura, o CDS-Partido Popular apresentou o projecto de lei n.º 290/VII e o Partido Social Democrata, o projecto de lei n.º 295/VII, sobre esta matéria.

Estes diplomas foram discutidos em conjunto, na generalidade, e ambos rejeitados no mesmo dia, 26 de Junho de 1997, com os votos contra dos Grupos Parlamentares do PS, do PCP e de Os Verdes e com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e ainda dos Deputados Independentes Maria do Rosário Carneiro e Cláudio Monteiro.

Ainda na mesma legislatura, os mesmos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PSD apresentaram os projectos de lei n.ºs 440/VII e 447/VII, respectivamente, com o mesmo objecto dos anteriores diplomas.

No entanto, estes dois últimos projectos, apesar de terem dado entrada em Janeiro de 1998 e baixarem às Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família, tendo esta última emitido os respectivos pareceres, não chegaram a ser agendadas para discussão em Plenário.

### II — Parecer

a) O projecto de lei n.º 243/VIII, do PSD, sobre a «Lei de Bases da Política de Família» reúne os requisitos legais e regimentais aplicáveis para subir a Plenário da Assembleia da República;

b) Os grupos parlamentares reservam as suas posições de voto para o Plenário da Assembleia da República.





**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Palácio de São Bento, 24 de Outubro de 2000. — O Deputado Relator, *Nuno Teixeira de Melo* — A Presidente da Comissão, *Margarida Botelho*.

**Nota.** — O relatório foi aprovado por maioria, com a ausência de Os Verdes.